

**Transição energética em Angola:
uma urgência estratégica,
não uma opção.** Opinião de João Bravo da Costa ■ P. 2



Transição Energética na Lusofonia

A transição energética é fundamental para o desenvolvimento económico, que não se faz sem energia, mas também para responder ao desafio das alterações climáticas. Numa série de 11 artigos de opinião, membros da Federação de Advogados de Língua Portuguesa analisam a situação e as perspetivas nas diferentes geografias da lusofonia. Estarão disponíveis em www.jornaleconomico.pt. Este é o primeiro, sobre Angola.

■ **João Bravo da Costa** Vice-presidente do Grupo de Petróleo, Gás e Energia da FALP e sócio da Abreu Advogados



Angola: uma urgência estratégica, não uma opção

Num mundo marcado por tensões geopolíticas, disputas por recursos estratégicos e crescente pressão climática, a energia tornou-se o centro da equação do poder global. A guerra na Ucrânia, a volatilidade dos mercados petrolíferos e a corrida às energias renováveis demonstram que a segurança energética é hoje tão estratégica quanto a segurança militar. Neste novo xadrez mundial, Angola não pode permanecer prisioneira de um modelo económico excessivamente dependente do petróleo e por isso tem implementado reformas estruturantes para abandonar a petrodependência económica.

Durante décadas, o ouro negro sustentou mais de 95% das exportações e a maior fatia das receitas públicas do nosso país. Contudo, essa dependência expõe-nos a ciclos de crise sempre que o preço internacional do crude oscila. Mais preocupante ainda é o paradoxo nacional: mais de metade da população continua sem acesso a eletricidade. Nas zonas rurais, a exclusão é ainda mais grave: cerca de 87% das famílias não têm este recurso essencial. Em vastas regiões do interior, famílias e indústrias funcionam à base de geradores a diesel, encarecendo a produção, limitando a competitividade e agravando desigualdades regionais.

A transição energética, para Angola, não é apenas uma agenda ambiental ditada por compromissos internacionais; é uma questão de soberania económica e justiça social. A



eletricidade é o verdadeiro motor da industrialização, da diversificação económica e da inclusão produtiva. Sem energia estável e acessível, não há agricultura mecanizada competitiva, não há indústria transformadora robusta, não há serviços modernos capazes de gerar emprego qualificado.

É inegável que passos importantes têm sido dados. A aposta na expansão hidroelétrica, com infraestruturas como a Barragem de Laúca e a Barragem de Caculo Cabaça, reforça a capacidade de geração renovável e reduz a dependência térmica. Ao mesmo tempo, o programa de eletrificação de 60 comunas, baseado em sistemas solares com armazenamento em baterias, representa um avanço concreto na inclusão

A questão central é simples: queremos continuar dependentes de um recurso cujo futuro é incerto ou queremos construir uma economia elétrica, moderna e resiliente? A resposta definirá o lugar de Angola no século XXI

energética de zonas remotas.

Projetos como a Central Fotovoltaica de Quipungo prevista para a província da Huila, em parceria com a empresa Masdar, demonstram que Angola pode atrair investimento internacional para diversificar a sua matriz energética. A inauguração do maior parque fotovoltaico autónomo (*off-grid*) da África Subsaariana, denominado "Cazombo", uma infraestrutura que vai permitir levar, pela primeira vez, eletricidade limpa e contínua a uma comunidade isolada de mais de 130 mil habitantes localizada na capital da nova província do Moxico Leste são exemplos claros dos projetos a serem edificados concorrendo todos para a transição energética desejada.

Contudo, a dimensão do desafio exige mais do que projetos isolados. Exige uma estratégia integrada que articule energia, indústria e financiamento. É fundamental criar incentivos para produção local de equipamentos, formar quadros técnicos especializados e garantir estabilidade regulatória que inspire confiança aos investidores.

A transição energética deve ser vista como instrumento de reindustrialização e não apenas como substituição de fontes de geração. Do ponto de vista geoestratégico, Angola pode transformar a sua posição. Num cenário global em que a Europa e outras regiões procuram parceiros energéticos estáveis e sustentáveis, o país tem potencial para se afirmar como produtor relevante de energias limpas em África. O seu vasto potencial solar e hídrico é uma vantagem competitiva que ainda está longe de ser plenamente explorada.

A questão central é simples: queremos continuar dependentes de um recurso cujo futuro é incerto ou queremos construir uma economia elétrica, moderna e resiliente? A resposta definirá o lugar de Angola no século XXI. A transição energética não deve ser encarada como ameaça ao setor petrolífero, mas como complemento estratégico para preparar o país para um mundo em transformação. Mais do que uma tendência global, trata-se de uma escolha nacional. E adiar essa escolha pode custar-nos muito mais do que qualquer investimento necessário hoje.